



**EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TEN DO QOPM,
QOC, QOE E QOS, PARA O ANO DE 2013.**

EAP TEN QOS/2013

(Edital DRH/CRS nº 11/2012, de 28 de novembro de 2012)

Conhecimentos Profissionais

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
5. Para cada questão existe somente uma resposta.
6. Prova sem consulta.
7. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Verifique se a prova corresponde ao seu quadro.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas, devidamente preenchida, conferida e assinada.

1ª QUESTÃO – O Tenente Edu Cador, em 11/02/2013, transitando pela Rua Platina, deparou com seu subordinado Cabo Alter Ado, fardado, também em deslocamento, sem o uso da cobertura. Ao chamar a atenção do subordinado verificou que a peça do uniforme encontrava-se no bolso da calça do graduado. O Oficial anotou os dados do Cb Alter Ado e redigiu a comunicação disciplinar. De acordo com a Lei n. 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, e considerando o calendário abaixo, qual a alternativa corresponde ao prazo máximo para o Oficial entregar a comunicação disciplinar? Marque a alternativa CORRETA.

FEVEREIRO/2013

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11 PONTO FACULTA- TIVO	12 FERIADO CARNAVAL	13 PONTO FACULTA- TIVO	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

- A. () 20/02/2013.
- B. () 19/02/2013.
- C. () 18/02/2013.
- D. () 15/02/2013.

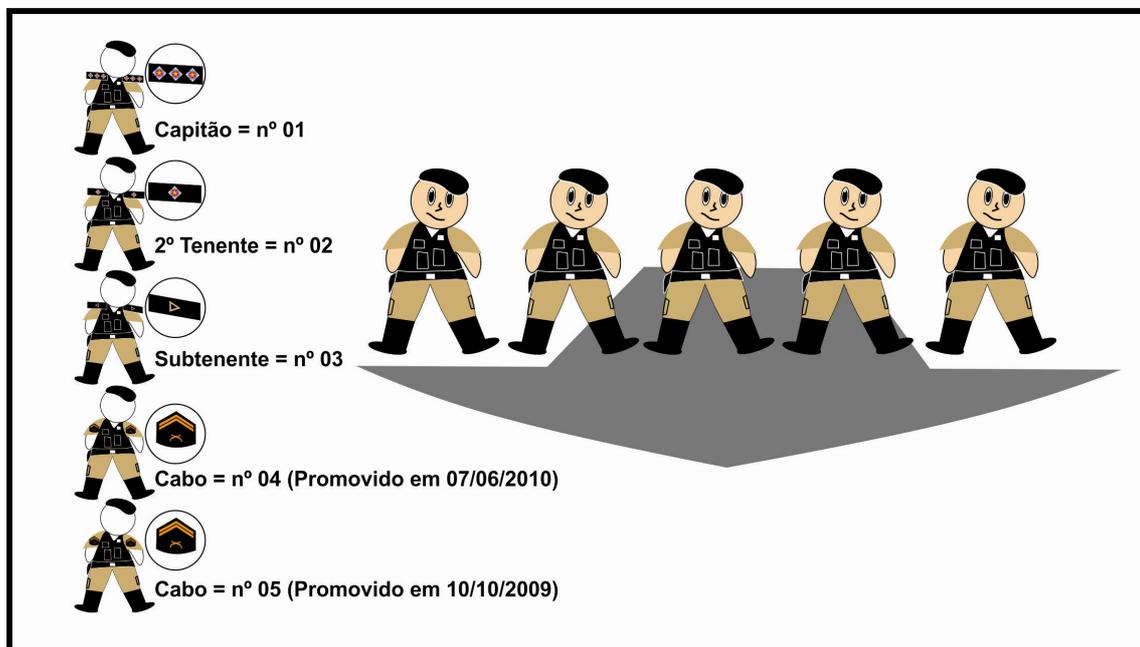
2ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar:

- A. () Decorridos cinco anos de efetivo serviço, a contar da data da publicação da última transgressão, o militar sem nenhuma outra punição terá suas penas disciplinares anuladas automaticamente.
- B. () O militar que presenciar ou tomar conhecimento de ato ou fato contrário à moralidade ou à legalidade praticado por outro militar mais antigo ou de maior grau hierárquico deverá apresentar uma queixa disciplinar, fundamentada, à autoridade imediatamente superior ao comunicante ou ao órgão corregedor da PMMG.
- C. () A recompensa Dispensa do Serviço não será concedida a discentes, durante o período letivo, salvo por motivo de força maior.
- D. () O militar que der causa a grave escândalo que comprometa o decore da classe e a honra pessoal poderá ser colocado em disponibilidade cautelar pelo Corregedor da PMMG.

3ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto n. 42.843, de 16/08/2002, que regulamenta a concessão de recompensas, o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), de que trata a Lei n. 14.310/2002, marque a alternativa CORRETA que corresponde a ordem decrescente de importância das recompensas:

- A. () Comendas concedidas pela Instituição, elogio, nota meritória, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- B. () Elogio, comendas concedidas pela Instituição, nota meritória, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- C. () Elogio, nota meritória, comendas concedidas pela Instituição, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.
- D. () Elogio, comendas concedidas pela Instituição, nota meritória, cancelamento de punições, dispensa do serviço, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal.

4ª QUESTÃO – Considere que o grupo representado na figura abaixo esteja em deslocamento, um ao lado do outro, sendo composto por 01(um) Capitão, 01(um) 2º Tenente, 01(um) Subtenente, 01(um) Cabo promovido em 07/06/2010 e 01 (um) Cabo promovido em 10/10/2009. Conforme disposições contidas na Portaria Normativa nº 660-MD, de 19/05/2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, marque abaixo a correspondência relativa à CORRETA disposição dos militares no grupo:



- A. () 1,2,3,5,4.
- B. () 4,3,1,2,5.
- C. () 5,2,1,3,4.
- D. () 1,2,3,4,5.

5ª QUESTÃO – De acordo com as disposições contidas na Portaria Normativa nº 660-MD, de 19/05/2009, que aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, marque a assertiva CORRETA:

- A. () A Bandeira Nacional, quando conduzida em marcha, desfile ou cortejo, acompanhada por guarda ou por organização civil, em cerimônia cívica, tem direito à continência.
- B. () Quando o Hino Nacional for tocado, a tropa ou militar presente não faz a continência, nem durante a sua introdução, permanecendo na posição de “Sentido” até o final de sua execução.
- C. () Tratando-se de situações operacionais, quando em embarcação, viatura ou aeronave militar, o mais antigo é o último a embarcar e o primeiro a desembarcar.
- D. () Todo militar faz alto para a continência à Bandeira Nacional, ao Hino à Bandeira e ao Presidente da República.

6ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução n. 3524, de 12/01/2000, que dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar, é CORRETO afirmar:

- A. () O militar que, estando de folga e em trajes civis, der causa, por culpa, a ocorrência, será considerado em serviço de natureza policial-militar.
- B. () Caso o Comandante de Fração ou Chefe direto do acidentado não remeta o relatório circunstanciado sobre o acidente ao Oficial médico da SAS no prazo estabelecido, poderá tal médico, a qualquer tempo, após inspeção de saúde no acidentado, proceder a Comunicação de Acidente.
- C. () O Comandante de Fração ou Chefe direto fará apresentar o acidentado ao Oficial Médico da SAS, de imediato ou em até 05(cinco) dias, para o preenchimento do exame médico/parecer da Comunicação de Acidente e remessa ao Comandante.
- D. () Quando o acidentado for Coronel ou Tenente-Coronel, o Atestado de Origem será realizado pelo Chefe do EMPM.

7ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução nº 3524, de 12/01/2000, que dispõe sobre o Atestado de Origem na Polícia Militar, é CORRETO afirmar:

- A. () Sendo verificado que o acidente não é objeto de instauração de Atestado de Origem, o motivo será circunstanciado na Comunicação de Acidente ou em ato administrativo do Chefe da SAS, com publicação em Boletim Interno da Unidade.
- B. () A comunicação de acidente intempestiva, por razões impeditivas, alheias à vontade do acidentado, não será objeto de instauração de Atestado de Origem.
- C. () O acidentado, em serviço ou não, comunicará o fato ao seu Comandante de Fração ou Chefe direto, preencherá a Comunicação de Acidente e a protocolará em até 10 dias úteis, a contar da data do evento ou da identificação diagnóstica da lesão, perturbação funcional, contaminação ou enfermidade.
- D. () Será designado Oficial, Subtenente ou Sargento como Encarregado do Atesto de Origem, quando se tratar de acidente com morte ou acidente coletivo.

8ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução nº 23/01 que orienta os procedimentos quanto às solicitações de reembolso e restituições de despesas com assistência à saúde, é CORRETO afirmar:

- A. () O usuário do Sistema de Saúde da PMMG/IPSM poderá recorrer a serviços de assistência médico-hospitalar-odontológica não contratados, quando se tratar de situação de urgência, mediante prévia autorização do IPSM.
- B. () Cabe à SAS montar e conferir os processos de reembolso e restituições de despesas com assistência à saúde, a fim de subsidiar decisão da Diretoria de Saúde.
- C. () Nos casos em que a participação do segurado/pensionista for integral, seja como assistência básica ou complementar, as despesas com assistência à saúde serão reembolsadas.
- D. () Considera-se reembolso a devolução total do valor descontado indevidamente nos vencimentos, provento ou pensão, relativo a procedimentos médicos realizados por usuários do Sistema de Saúde da PMMG.

9ª QUESTÃO – Conforme orientações contidas no Memorando Circular nº 11.271.2/04-EMPM, que trata da acumulação ilícita de cargos públicos, é CORRETO afirmar que:

- A. () A previsão da possibilidade de acumulação de cargos públicos, contida no § 2º do Art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88 aplica-se às categorias do Quadro de Oficiais de Saúde.
- B. () A acumulação ilícita de cargos públicos, para os militares estaduais, acarreta transferência para a reserva remunerada proporcional, nos termos da Lei Complementar nº 28/93.
- C. () A exceção quanto à impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos aplica-se ao médico militar aprovado em concurso público dos órgãos da Administração Direta do Estado.
- D. () Nos termos do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal/88, a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos públicos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, está condicionada à compatibilidade de horários.

10ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 10.366, de 28/12/1990 que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) é CORRETO afirmar:

- A. () Perderá a condição de segurado aquele que, não percebendo remuneração pelo Estado, deixar de recolher a contribuição que lhe couber por mais de 6 (seis) meses consecutivos, quando já houver recolhido mais de 120 (cento e vinte) contribuições ao IPSM.
- B. () Para o cálculo do estipêndio de contribuição, incluem-se os valores correspondentes ao abono família e pagamentos de natureza indenizatória e excluem-se os valores relativos a deduções eventuais e parcelas descontadas por ausências ao serviço ou aplicação de penalidades.
- C. () A existência de dependente de classe antecedente exclui do direito à prestação previdenciária o de classe subsequente.
- D. () Companheiro é a pessoa com qual o segurado mantém união estável por, no mínimo 5 (cinco) anos, na época da prestação previdenciária ou, por menos tempo, se houver filho comum do casal.

11ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 10.366, de 28/12/1990 que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM) é CORRETO afirmar:

- A. () O juiz militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais é considerado segurado do IPSM em caráter facultativo.
- B. () A autorização ao IPSM de manter como dependente, para fins exclusivos de assistência à saúde, filho solteiro, maior de vinte e um anos, enquanto estudante regularmente matriculado, até a idade de vinte e quatro anos, desde que comprovada a dependência econômica, pode ser estendida aos dependentes de segurado falecido, enquanto vigorar o título de pensão por ele legado.
- C. () Para a prestação previdenciária é exigido período de carência de 12 (doze) contribuições mensais intercaladas.
- D. () O auxílio-reclusão é devido ao militar detento ou recluso, não albergado e recolhido à prisão, a partir da data em que se verificar a perda total de sua remuneração.

12ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 10.366, de 28/12/1990 que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Provado oficialmente o desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, a pensão provisória será concedida independentemente da declaração e do transcurso do prazo de 6 (seis) meses de ausência.
- B. () O dependente menor, relativamente incapaz, órfão de pai e mãe, pode requerer a pensão e recebê-la sem assistência legal, a critério do IPSM.
- C. () O valor da pensão de ex-segurado promovido “post-mortem” será calculado com base na situação anterior, a partir da data de seu falecimento.
- D. () Tratando-se de denúncia oferecida em juízo, contra dependente que houver praticado crime de homicídio culposo contra segurado, desnecessário será aguardar a sentença absolutória, para fins de pagamento de benefício.

13ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 07, de 09/08/1995, que dispõe sobre o plano de assistência à saúde para a PMMG e Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), no que diz respeito à Assistência Médica Ambulatorial e Hospitalar, é CORRETO afirmar:

- A. () Os militares de outras Corporações e seus dependentes legais somente serão assistidos pelo Sistema de Saúde na Rede Orgânica, mediante convênio ou autorização expressa daquelas Corporações, as quais se responsabilizarão pelo custeio total da assistência.
- B. () As consultas médicas dos militares da ativa nas localidades onde houver SAS, serão feitas nesta, facultativamente.
- C. () As consultas médicas dos militares inativos serão feitas preferencialmente na Rede Contratada.
- D. () Para o Público Previdenciário, o custeio da consulta médica na Rede Contratada, até o limite de 6 (seis) consultas semestrais, por usuário, equivalerá a 25% para o segurado e 75% para o IPSM.

14ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 07, de 09/08/1995, que dispõe sobre o plano de assistência à saúde para a PMMG e Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), no que diz respeito à Assistência Hospitalar, é CORRETO afirmar:

- A. () O usuário do Sistema de Saúde da PMMG-IPSM poderá recorrer a serviços de assistência médico-hospitalar não contratados, mediante prévia autorização, quando se encontrar em situação de urgência e emergência.
- B. () A realização de Teste Ergométrico necessita de autorização prévia do Supervisor de Saúde, que se baseará em relatório médico, quando realizado em caráter ambulatorial.
- C. () Em caso de atendimento a usuário do Sistema de Saúde da PMMG-IPSM, em situação de emergência, por assistência médico-hospitalar não contratados, o reembolso será feito de acordo com a Tabela de Remuneração própria do Sistema de Saúde da PMMG/IPSM.
- D. () Os transplantes de órgãos serão considerados como Assistência Básica à Saúde e somente serão autorizados quando realizados na Rede Contratada.

15ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 07, de 09/08/1995, que dispõe sobre o plano de assistência à saúde para a PMMG e Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), é CORRETO afirmar:

- A. () Procedimentos de fonoaudiologia serão considerados assistência básica e autorizados, semestralmente, pelo Supervisor de Saúde, mediante relatório especializado com o máximo de 2 (duas) sessões por semana.
- B. () O atendimento odontológico ao Público Previdenciário, nas localidades onde houver SAS, será feito obrigatoriamente nesta; esgotada sua capacidade de atendimento, poderá haver encaminhamento para profissionais da Rede Contratada, obedecendo-se às normas periciais vigentes.
- C. () Quando realizado na Rede Orgânica, o tratamento ortodôntico preventivo será considerado básico para os dependentes até o limite de 15 (quinze) anos de idade (inclusive).
- D. () A inserção do DIU será considerada como assistência básica, quando realizada na Rede Orgânica.

16ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 07, de 09/08/1995, que dispõe sobre o plano de assistência à saúde para a PMMG e Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), é CORRETO afirmar:

- A. () No que diz respeito às normas de assistência odontológica, o Sistema de Saúde financiará apenas as documentações ortodônticas e manutenções de tratamentos realizados na rede contratada, ficando dispensadas as avaliações periciais inicial e final.
- B. () Quando o paciente deixar de apresentar-se ao cirurgião-dentista credenciado, em até 8 (oito) dias úteis, após as perícias inicial e final, a despesa do tratamento será processada como assistência complementar.
- C. () Para compra de medicamentos com valor superior a 50% da remuneração do segurado ou pensionista, haverá necessidade de autorização prévia do Supervisor de Saúde na receita médica.
- D. () Para fins de aquisição de medicamentos nas farmácias do Centro Farmacêutico e da Rede Contratada, a primeira via da receita médica terá

validade de 30 (trinta) dias.

17ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução n. 3542, de 07/07/2000, que dispõe sobre a jornada de trabalho na Polícia Militar e dá outras providências, marque a alternativa CORRETA em que todas as Unidades possuem jornadas excepcionais:

- A. () Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, Sala de imprensa do EMPM, Equipe de Agentes de Busca das Seções de Inteligência.
- B. () Sala de imprensa do EMPM, Sala de Operações das Unidades, Ajudância-Geral.
- C. () Sala de Operações das Unidades, Corregedoria de Polícia Militar, Companhias Tático Móvel das Unidades.
- D. () Ajudância-Geral, Equipe de Agentes de Busca das Seções de Inteligência, Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes.

18ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução n. 3542, de 07/07/2000, que dispõe sobre a jornada de trabalho na Polícia Militar e dá outras providências, é CORRETO afirmar:

- A. () Os Comandantes poderão priorizar o empenho dos militares que estudam, em turnos fixos de policiamento, bem como adequar o horário de expediente daqueles que exercem atividades administrativas, de forma a atender aos interesses do militar.
- B. () É vedado o emprego de Subten/Sgt em atividades administrativas como telefonista, recepcionista, motorista, atendente, garagista ou outras estranhas ao previsto para o seu cargo.
- C. () As horas em que o militar permanecer à disposição da justiça, comum ou castrense, no período de descanso, convocados em decorrência de ação policial, serão computadas para fins de contagem de tempo de serviço do militar.
- D. () A carga-horária de trabalho do pessoal militar da PMMG, das atividades administrativas, especializadas, de ensino e operacionais, corresponderá, no máximo, a 40 (quarenta) horas semanais.

19ª QUESTÃO - O Ten PM Antônio recebeu um convite de um desembargador do Tribunal de Justiça para trabalhar, temporariamente, como Assessor Judiciário junto àquela Corte. Honrado com o convite, o oficial aceita trabalhar no cargo em comissão de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, não eletivo, por um período de dois anos. À luz da Lei complementar n. 5.301/1969, Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a resposta CORRETA:

- A. () O oficial deverá pedir baixa das fileiras da Instituição Militar a que pertence, uma vez que há incompatibilidade do exercício de qualquer cargo público, com a função policial militar, prevista no artigo 17 do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais;
- B. () O Oficial poderá aceitar o cargo, dentro da conveniência e oportunidade da Administração Militar em conceder tal benefício e não terá o tempo de serviço, exercido no Tribunal de Justiça, contado para qualquer fim.
- C. () O militar será transferido para a reserva não remunerada.
- D. () O Oficial ficará agregado ao respectivo quadro, e, enquanto permanecer nessa situação, somente poderá ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção, transferência para a reserva

ou reforma.

20ª QUESTÃO - O Ten Epaminondas foi aprovado no concurso para Analista Judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Como o Oficial, trabalha apenas no turno da manhã na PMMG, de 07:00 às 12:00 hs e o cargo do TRT tem jornada de trabalho prevista das 13:00 às 19:00 hs, o Oficial tomou posse no referido cargo. Em observância ao previsto no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a resposta CORRETA:

- A. () O oficial perderá o posto e a patente, nos termos da Lei.
- B. () O Oficial poderá exercer regularmente ambos os cargos, uma vez que há compatibilidade horários.
- C. () O Oficial, ao aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva não remunerada.
- D. () O oficial será reformado, com proventos proporcionais.

21ª QUESTÃO - Ao policial militar é permitido o exercício do magistério, no meio civil, desde que atendidas as restrições previstas em lei própria. Nos termos da Lei n. 5.301/1969 – Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () É possível que o policial-militar ministre aulas em Universidade Estadual, após aprovação em concurso público para o cargo de professor, respeitada a carga horária que deve cumprir na Instituição Militar Estadual.
- B. () No intuito de desenvolver a prática profissional e elevar o nível cultural dos elementos da Corporação, é permitido, no meio civil, aos militares titulados, o exercício do magistério ou de atividades técnico-profissionais, atendidas as restrições previstas em lei própria.
- C. () Somente é possível ao militar, no intuito de desenvolver a prática profissional, ministrar aulas em Universidade Federal, por ser ente federativo diverso do que pertence.
- D. () O militar terá acrescido ao seu tempo de serviço, o tempo que tenha ministrado aulas, concomitante ao tempo de serviço prestado à PMMG.

22ª QUESTÃO - O Adicional de Desempenho (ADE) constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado nas Instituições Militares Estaduais, após a publicação da Emenda à Constituição n. 57/2003. Com base no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais marque a alternativa CORRETA:

- A. () A estabilidade do militar, após completar o estágio probatório e o número de resultados satisfatórios obtidos pelo militar na Avaliação de Desempenho Individual, são requisitos para obtenção do Adicional de Desempenho .
- B. () Na Avaliação de Desempenho Individual se consideram a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade e o conceito disciplinar apenas.
- C. () O Adicional de Desempenho não se incorpora aos proventos do militar quando de sua transferência para a inatividade.
- D. () O valor do Adicional de Desempenho será cumulativo, devendo o percentual apurado a cada nível, substituir o percentual anteriormente percebido pelo militar.

23ª QUESTÃO - De acordo com a Lei n. 5.301/1969 Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, analise as proposições que se seguem e marque opção CORRETA:

- A. () Para ingresso na Polícia militar, no Quadro de Praças, é exigido o curso de bacharelado em Direito.
- B. () Para que haja precedência hierárquica de um militar sobre outro, o precedente deverá ser obrigatoriamente mais antigo.
- C. () A antiguidade de cada Posto ou Graduação será regulada pela data de promoção ou nomeação, pela prevalência nos graus hierárquicos anteriores, pela data de praça, pela data de nascimento.
- D. () O Oficial declarado indigno do Oficialato ou com ele incompatível, em face de incapacidade moral ou profissional, em decisão do Comandante Geral, em Processo Administrativo-Disciplinar (PAD), no qual lhe forem assegurados os postulados da ampla defesa e do contraditório, perderá o Posto.

24ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 5.301/1969 Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, no que diz respeito ao tempo de serviço, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Pode-se computar: cumprimento de pena criminal transitada em julgado, férias anuais, férias-prêmio, tempo de serviço público federal, estadual e municipal.
- B. () Pode-se computar: férias anuais, férias-prêmio, licença médica que não exceda noventa dias no decurso de doze meses, licença para tratar de doença em pessoa da família.
- C. () Pode-se computar: férias anuais de maneira simples, férias-prêmio, de maneira simples, exercício de outro cargo em comissão e tempo de serviço público, federal, como efetivo serviço.
- D. () Pode-se computar: férias anuais, férias-prêmio, tempo de serviço público federal, estadual e municipal, comprovado mediante certidão, licença de militar acidentado, desde que não exceda noventa dias, no decurso de doze meses.

25ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto n. 44.556/2007, que contém o Regulamento de Promoção de Oficiais (RPO) das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Equipara-se a ato de bravura o acidente decorrente de atuação do Oficial, em apoio ao serviço operacional, em fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública, da qual resulte incapacidade definitiva para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro militar ou invalidez, mediante parecer da Junta Central de Saúde (JCS).
- B. () O Oficial que for incluído no Quadro de Acesso (QA) e que for, posteriormente, julgado incapaz definitivamente para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro militar ou inválido, em exame de saúde, poderá, através de avaliação da Comissão de Promoção de Oficiais, ser promovido, independente de vaga e data própria.
- C. () As promoções por ato de bravura, necessidade do serviço, incapacidade física, post-mortem e trintenária podem ser feitas a qualquer tempo, a partir do implemento das condições previstas para tal fim.
- D. () Não será promovido post-mortem o oficial que, estando no gozo de férias vier a falecer em consequência do desempenho de atividade policial militar.

26ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA que trata do período de trânsito e instalação a que fazem jus os Oficiais, nos termos da Lei n. 5.301/1969 Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais:

- A. () 16 (dezesesseis) dias.
- B. () 20 (vinte) dias.
- C. () 10 (dez) dias.
- D. () 15 (quinze) dias.

27ª QUESTÃO – Em relação às condições para promoção, previstas no Decreto n. 44.556/2007, Regulamento de Promoção de Oficiais (RPO), marque a alternativa CORRETA:

- A. () O interstício para promoção ao posto de 2º Ten é de 4(quatro) anos, computando-se o tempo em que o Oficial esteve em licença para tratar de interesse próprio, realizando curso de especialização em sua área, fora do Brasil, com ônus próprio.
- B. () Será promovido por merecimento, por estar no incluído no Quadro de Acesso, o Oficial em exercício de cargo público civil temporário.
- C. () São requisitos para promoção ao posto de 1º Tenente: idoneidade moral, aptidão física, interstício no posto, comportamento disciplinar satisfatório e Avaliação de Desempenho Individual satisfatória.
- D. () Não será promovido o Oficial que estiver processado por crime culposo contra a vida.

28ª QUESTÃO – Em observância à Resolução Conjunta n. 4073/2010, que dispõe sobre perícias de saúde na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A perícia psicopatológica destina-se a verificar se, no momento da ação ou omissão especificada, o periciado era portador ou não de doença alienante e se possuía capacidade para entender o caráter ilícito do fato e/ou para se autodeterminar.
- B. () Para elaboração do laudo de perícia psicopatológica é obrigatória a participação de no mínimo, 3 (três) Oficiais médicos, devendo o laudo ser emitido e assinado em conjunto.
- C. () É competência da Junta Central de Saúde a avaliação da sanidade física, mental, bem como a detecção de traços de personalidade incompatíveis com os serviços de natureza policial ou bombeiro militar ou para atividades inerentes ao cargo ou função nos candidatos à inclusão/admissão na Instituição Militar Estadual (IME).
- D. () É competência da Junta Central de Saúde a atividade assistencial dos militares da ativa em situações que não haja conflito com a atividade pericial.

29ª QUESTÃO - No caso de militar submetido a processo administrativo-disciplinar (PAD), em razão de ter sido encontrado fardado, em um ponto de venda de drogas, adquirindo droga para consumo próprio, transgressão disciplinar de natureza grave, prevista no art. 13, III do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado (CEDM), há necessidade de avaliação médica, a fim de que se verifique as condições psicológicas do acusado, no momento dos fatos. Com base no que estabelece a Resolução Conjunta n. 4073/2010 e considerando o fato mencionado, marque a opção CORRETA:

- A. () A submissão a Processo Administrativo Disciplinar é uma das situações, previstas na Resolução Conjunta n. 4073/2010, que dispõe sobre perícias médicas na PMMG/CBMMG.
- B. () A notificação do defensor do militar submetido a Processo Administrativo Disciplinar demissionário, quanto à realização da perícia psicopatológica, é precedida de notificação pelo médico da SAS.
- C. () Não há necessidade que a perícia seja precedida de avaliação pelo Oficial médico da Seção de Assistência à Saúde da Unidade, uma vez que em caso de uso de drogas, no qual houve flagrância, a dependência é notória.
- D. () A perícia psicopatológica, cuja competência é da Junta Central de Saúde, será precedida de avaliação pelo Oficial médico da Seção de Assistência à Saúde.

30ª QUESTÃO – Em relação à Resolução Conjunta n. 41/2007 PMMG-CBMMG-IPSM, que regulamenta o Programa de Medicamentos de uso continuado, marque a resposta CORRETA:

- A. () A cópia do relatório e da Solução do Atestado de Origem, comprovando o amparo no caso de moléstia e/ou acidente em serviço, além do relatório médico, deverão ser apresentados ao oficial médico da Rede Orgânica ou médico civil contratado para trabalhar e, não havendo o primeiro, na Seção de Assistência à Saúde onde o militar estiver adscrito.
- B. () O Comandante poderá autorizar o fornecimento de medicamento, durante a tramitação do processo de Atestado de Origem, no caso de não ser possível o médico da Seção de Assistência à Saúde avaliar a receita, para atender à necessidade imediata do militar, mediante carimbo “EM PROCESSO DE AO” e assinatura, com subsequente avaliação e homologação do médico.
- C. () Os medicamentos a serem fornecidos ao militar amparado em Atestado de Origem, são considerados básicos e gratuitos com ônus integral para o Estado, devendo a receita médica ser carimbada com os dizeres: “EM PROCESSO DE AO”, devendo ter autorização do Diretor de Saúde.
- D. () A gratuidade no fornecimento dos medicamentos/materiais ao militar amparado em Atestado de Origem ou em processo apuratório, estará condicionada à existência de nexos causal entre o acidente e a patologia apresentada, com análise e autorização do médico da Seção de Assistência à Saúde.

31ª QUESTÃO – A instrução Conjunta de Saúde n. 06/09, que regula os procedimentos em relação aos portadores de transtorno mental do Sistema de Saúde, para facilitar seu entendimento e interpretação, traz algumas conceituações e procedimentos, transcritos abaixo:

- I- A atenção primária à saúde dos usuários do Sistema de Saúde (SISAU) e a assistência à saúde ocupacional dos militares são realizados exclusivamente pelos Núcleos de Atenção Integral à Saúde (NAIS).
- II- Para atenção secundária e terciária em saúde mental, o SISAU conta com atendimento ambulatorial em clínicas e hospitais da rede orgânica e contratada.
- III- O paciente, militar da ativa e inativo, referenciado para tratamento especializado, continuará mantendo o seu vínculo com o NAIS/SAS de origem, para acompanhamento e continuidade ao seu plano terapêutico.
- IV- As internações psiquiátricas na rede credenciada do interior serão realizadas diretamente pelos NAIS e SAS, que deverão preencher o respectivo formulário de encaminhamento de pacientes para internação hospitalar.

Após analisar as proposições, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Apenas I, II, III e estão em consonância com o estabelecido na Instrução Conjunta de Saúde n. 06/09.
- B. () Apenas I e IV estão em consonância com o estabelecido na Instrução Conjunta de Saúde n. 06/09.
- C. () Apenas II e IV estão em consonância com o estabelecido na Instrução Conjunta de Saúde n. 06/09.
- D. () Apenas II e III estão em consonância com o estabelecido na Instrução Conjunta de Saúde n. 06/09.

32ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução n. 3899/06, que institui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) na PMMG, analise as competências das Seções de Assistência à Saúde das Unidades e dos Núcleos de Atenção Integral à Saúde. Assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Definir os locais onde serão realizados os exames complementares previstos, priorizando a rede orgânica.
- B. () Avaliar a efetividade do PCMSO, efetuando análise global e estabelecendo novas metas e prioridades, se necessário.
- C. () Planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento do PCMSO na âmbito da PMMG.
- D. () Elaborar cronograma para a realização das avaliações médicas previstas no PCMSO, respeitando a periodicidade de cada exame e o planejamento dos exames periódicos.

33ª QUESTÃO – Marque a opção CORRETA. Sobre o crime de motim, previsto no artigo 149 do Código Penal Militar, pode-se afirmar:

- A. () É um crime propriamente militar, previsto no Código Penal Militar, que tem, dentre outras características, a conduta de assentir em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior.
- B. () É um crime propriamente militar, previsto apenas no Código Penal Militar, que apresenta, dentre outras características, ação conjunta praticada contra a pessoa do superior hierárquico.
- C. () É um crime propriamente militar, previsto apenas no Código Penal Militar e apresenta, entre outras características, a omissão do militar em levar ao do superior a assentimento em recusa de obediência conjunta, que teve notícia.
- D. () É um crime propriamente militar previsto apenas no Código Penal Militar e refere-se a concerto de militares para a prática de motim.

34ª QUESTÃO – Nos termos do Estatuto do Desarmamento, Lei n. 10.826/2003, observe as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, caracteriza a prática do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- B. () É possível a comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre policiais militares, independente de autorização do Sistema Nacional de Armas (SINARM).
- C. () Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta tenha como finalidade a prática de outro crime, caracteriza a prática do delito de disparo de arma de fogo.
- D. () O porte de arma absolutamente inapta a efetuar disparos, é considerado crime, porque se presume o risco em prol da coletividade, apesar de não haver exposição de alguém a uma situação concreta de perigo.

35ª QUESTÃO – O Ten Mário ingressou na PMMG em 02 de maio de 2012. De acordo com o previsto na Lei n. 5301/1969, Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O Oficial poderá gozar suas férias onde lhe interesse, no Brasil ou no exterior, independente de autorização para tal.
- B. () O Oficial terá direito a 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias anuais, a partir de 02 de maio de 2013.
- C. () Caso o Oficial tenha suas férias cassadas, por absoluta necessidade do serviço, tal período poderá acrescer ao seu tempo de serviço, podendo ser computado apenas de maneira simples, a pedido do interessado.
- D. () As autoridades que concederem férias anuais poderão cassá-las, a pedido do interessado, sempre que esse pretender receber o abono de férias apenas.

36ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O Ten Epaminondas Feroz, estando de serviço durante o carnaval, recebe no quartel a visita de seu superior hierárquico, de quem já não tinha simpatia, com palavras de degradantes, ofendendo a pessoa do seu superior. O cometeu o delito militar de:

- A. () Desacato a superior.
- B. () Desacato a militar.
- C. () Insubmissão.
- D. () Desobediência.

37ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei n. 5.301/1969 - Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, as férias prêmio são concedidas na PMMG/CBMMG nas seguintes condições:

- A. () Para efeito do direito às férias-prêmio, computa-se como tempo de efetivo serviço o afastamento do militar por motivo de licença para tratar de interesse particular.
- B. () As férias-prêmio adquiridas após 29/02/2004, poderão ser convertidas em espécie.
- C. () Terá a direito o militar a 7 (sete) meses de férias-prêmio, com vencimentos e vantagens integrais e sem perda da contagem de tempo para todos os efeitos, quando completar 10 (dez) anos de efetivo serviço na Polícia Militar tem direito.
- D. () O militar que contar com 5 (cinco) anos de efetivo serviço na Polícia Militar tem direito a 3 (três) meses de férias-prêmio, com vencimentos e vantagens integrais e sem perda da contagem de tempo para todos os efeitos.

38ª QUESTÃO - Em relação aos direitos elencados na Lei n. 5.301/1969 - Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais marque a alternativa CORRETA:

- A. () A policial militar e a bombeiro militar poderão requerer sua transferência para a reserva remunerada proporcional, aos vinte e cinco anos de efetivo serviço, podendo computar férias anuais e prêmio em dobro, mais o arredondamento de 182 (cento e oitenta e dois dias) para obtenção do tempo líquido.
- B. () O Oficial da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais ocupante do cargo de Comandante-Geral, de Chefe do Gabinete Militar do Governador ou de Chefe do Estado-Maior que completar 30 (trinta) anos de efetivo exercício poderá permanecer em serviço ativo até o final do mandato do Governador do Estado, respeitado o limite de idade previsto em lei.
- C. () O limite de idade para permanência no serviço ativo do Oficial do QOPM é de 65 (sessenta e cinco) anos.
- D. () Os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo, ficam desobrigados do uso do uniforme.

39ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Sobre a deserção, crime propriamente militar, previsto nos artigos 187 e 188 do Decreto-Lei n. 1001, de 21/10/1969, Código Penal Militar, podemos afirmar:

- A. () É um crime propriamente militar, que se consuma quando o militar se apresenta ou é capturado pela autoridade competente, no oitavo dia de ausência.
- B. () É um crime propriamente militar, que não se consuma se o militar se apresentar voluntariamente dentro de oito dias após a consumação do crime.
- C. () De acordo com o Código Penal Militar, tem-se extinta a punibilidade quando a praça desertora atinge a idade de 45 (quarenta e cinco) anos, e o oficial, a de 60 (sessenta) anos.
- D. () É crime propriamente militar, que se consuma quando o militar abandona, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado.

40ª QUESTÃO - De acordo com a Resolução Conjunta n. 07, de 09/08/1995, que dispõe sobre o plano de assistência à saúde para a PMMG e Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM), são atribuições do Supervisor de Saúde do HPM, EXCETO:

- A. () Autorização prévia para cirurgias programadas.
- B. () Entrevista inicial e sessões de psicoterapia.
- C. () Avaliação técnica e parecer nos casos de Assistência Especial à Saúde.
- D. () Autorização para procedimentos de fonoaudiologia.

----- corte aqui -----

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	